

AJ22144

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: robertog@npd.ufes.br



Quando uma política integrada e participativa de segurança, sob a coordenação efetiva do governador, contribuirá para um Estado Seguro?

Segurança perdida

Em cinco atos, o que dizer da trajetória institucional da (in)segurança estadual?

1. Conselho. Ao final do governo Hartung (dez. 2010), aprovou-se na Assembleia o Conselho Estadual de Segurança Pública. O primeiro objetivo é (ou era): “atuar na formulação de estratégias, sugestão de prioridades, controle e acompanhamento da execução da política estadual de segurança pública”. Apesar de ser lei, defendida pelo então secretário de Segurança, André Garcia, esse Conselho não foi instalado. A lei será revogada ou cumprida?

2. Campanha. O candidato Renato Casagrande prometia: “quero acompanhar de perto o problema da segurança e coordenar as ações integradas entre as Polícias Militar e Civil, Tribunal de Justiça, Ministério Público, secretarias, igrejas e movimentos civis”. O acompanhamento da segurança pelo governador corresponde ao intenso e reiterado compromisso de campanha? Esse alvo encolheu.

3. GGI. Pós-posse (jan. 2011), foi reformulado o Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública e Defesa Social – GGI/ES”. Consta do decreto que

o GGI “coordenará o Sistema Estadual de Segurança”. Previa-se um “Observatório de Violência e Criminalidade” – existe? – e uma “Sala de Situação” – veja adiante. O “GGI reformulado” se reuniu? Decidiu sobre o quê? Ainda não se encontrou, tal como o 1º GGI, instalado pelo presidente Lula e pelo governador Paulo Hartung (abril 2003). Nove anos perdidos.

4. Duas Secretarias? Além da Segurança, foi criada, no início do governo Casagrande, a de Ações Estratégicas. Qual é a real divisão de trabalho entre essas secretarias? Quem fala sobre o quê? Ou perde-se tempo em indecisões? Há integração institucional no “Estado Presente”, especialmente nos bairros onde pipocam guerras do tráfico, armas pesadas, balas perdidas e mortes elevadas?

5. Grupo. Proliferam-se instituições. O Grupo Interinstitucional de Trabalho de Segurança Pública e de Justiça é deste ano. Sua atuação inicial se deu na “Operação Siroco” – realizada em Pinheiros e Pedro Canário; falou-se na “sala de situação”, na Sesp. Uma exceção: o governador Casagrande anunciou o resultado dessa operação. Contudo, o acompanhamento contínuo prometido e a avaliação deixam a desejar. Agora, é preciso cobrar. Nem o Conselho nem o GGI funcionam.

Quando uma política integrada e participativa de segurança, sob a coordenação efetiva do governador, contribuirá para um Estado Seguro?